

Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação¹

Alexandre José Rossi

Maria Otilia Susin

Vera Maria Vidal Peroni

Recibido Agosto 2021

Aceptado Septiembre 2021

Resumo

O presente artigo analisa as fronteiras entre o público e o privado em países da América Latina, como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Venezuela e as implicações para a democratização da educação nesses países, no período de 2017 a 2020. Ao longo da pesquisa foram construídos conceitos que melhor definem a multiplicidade das formas de privatização e como se materializam na educação pública nesses países. Buscou-se, ainda, mapear os diferentes processos de correlação de forças desenvolvidos pelos sujeitos que demandam políticas públicas, o que permitiu constatar a recorrência de sujeitos privados e instituições empresariais atuando no público, com implicações para a democratização do conteúdo e da gestão da educação. No entanto, mesmo com diferentes trajetórias nas lutas por direitos sociais nos países latino-americanos pesquisados, resta prejudicado o alcance pleno dos direitos educacionais, evidenciando as desigualdades existentes nas sociedades capitalistas, neoliberais e de classes.

Palavras-chave: Parceria Público Privada - Privatização da Educação - Educação na América Latina - Democratização da Educação - Estado e Políticas Educacionais

1 El artículo forma parte de los avances del proyecto de investigación “Implicaciones da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela”, desarrollado en la Universidade Federal do Rio Grande do Sul dentro del Programa de Pós-graduação em Educação

Redefinitions of Boundaries Between the Public and the Private: implications for the democratization of education

Abstract

This paper analyzes the boundaries between public and private in Latin American countries such as Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Uruguay, and Venezuela and the implications for the democratization of education in these countries from 2017 to 2020. Throughout the research, concepts were constructed that better define the diversity of forms of privatization and how they materialize in public education in these countries. It was also sought to map the different processes of correlation of forces developed by the subjects that demand public policies, which allowed us to verify the recurrence of private subjects and business institutions acting in the public sector, with implications for the democratization of the content and management of education. We verified that even with different trajectories in the struggles for social rights in these Latin American countries researched, the full reach of educational rights remains hampered, evidencing the inequalities existing in capitalist, neoliberal, and class societies.

Key Words: Public Private Relationship - Privatization of Education - Education in Latin America - Democratization of Education - State and Educational Policies.

Redefiniciones de las Fronteras entre lo Público y lo Privado: implicaciones para la democratización de la educación

Resumen

Este artículo analiza las fronteras entre lo público y lo privado en países latinoamericanos, como Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Uruguay y Venezuela y sus implicaciones para la democratización de la educación, en el período de 2017 a 2020. A lo largo de la investigación, se construyeron los conceptos que mejor definen la multiplicidad de formas de privatización y cómo se materializan en la educación pública en estos países. También se buscó mapear los distintos

procesos de correlación de fuerzas desarrollados por los sujetos que demandan políticas públicas, lo que permitió verificar la recurrencia de sujetos privados e instituciones empresariales que actúan en lo público, con implicaciones para la democratización de los contenidos y la gestión educativa. Encontramos que, aún con trayectorias diferentes en las luchas por los derechos sociales en estos países investigados, el alcance total de los derechos educativos sigue sin concretarse, evidenciando las desigualdades existentes en las sociedades capitalistas, neoliberales y de clases.

Palabras clave: Relación Público Privada - Privatización de la Educación - Educación en la América Latina - Democratización de la Educación - Estado y políticas educacionales

Introdução

Este artigo tem como base a pesquisa² *Implicações da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil*, realizada pelo *Grupo de pesquisa relações público-privado na educação (GPRPPE)* vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). O GPRPPE tem uma trajetória de pesquisas sobre processos de privatização do público e as implicações para a construção da democracia. Ao longo das pesquisas, construímos conceitos para aprofundar as análises no sentido de entender melhor a multiplicidade de formas encontradas nos processos de privatização do público. O conceito de privatização do público é parte desse movimento de pesquisa. Entendemos público e privado como projetos societários em relação (Peroni, 2018). Relacionamos o público à igualdade, ao direito social, ao democrático e ao coletivo; e o privado é associado ao individual, ao meritocrático e ao competitivo. São conteúdos da proposta vinculados a projetos societários defendidos pelos sujeitos analisados tanto na perspectiva neoliberal quanto neoconservadora (Peroni, Lima & Kader, 2018).

2 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao longo das pesquisas observamos que a materialização do privado no público não ocorria apenas com a mudança de propriedade. Os processos de privatização ocorrem tanto dentro do Estado como da sociedade civil. Enquanto instituições da sociedade civil podem ter como pauta o público, a luta pela educação como direito universal, há governos estudados que têm como política a privatização do público, o que temos chamado de privatização como política pública (Peroni, 2020).

Outro tema importante para a análise da relação entre público e privado, que ficou mais evidente durante o processo de pesquisa, diz respeito a quem são os sujeitos, quais são as suas relações e qual é o conteúdo de suas propostas. O privado não pode ser tratado como uma abstração: são sujeitos individuais e/ou coletivos (Thompson, 1981) que trazem o seu conteúdo, vinculado aos seus projetos societários, que disputam a pauta educativa e sua materialização. Assim, analisamos também como intelectuais orgânicos, organizados em *think tanks* e/ou organizações sociais – vinculados ao capital e ao neoconservadorismo –, têm atuado na educação (Peroni & Oliveira, 2020; Mendes & Peroni, 2020).

Em diálogo com outros pesquisadores, observamos que era mais comum caracterizarem propostas de privatização em que o privado atuava na execução, na oferta de políticas com financiamento do Estado, principalmente na educação de jovens e adultos, educação infantil e educação profissional, sendo que no Brasil o privado também assumia a execução da oferta, nesses níveis e modalidades. No entanto, em nossas pesquisas constatamos que já há muito tempo o privado opera por dentro da escola pública, via parcerias. A escola não deixa de ser pública, a execução não ocorre via oferta, não muda a propriedade.

A privatização do público também pode ocorrer via direção, mais diretamente no conteúdo das políticas educacionais, em que grupos empresariais como o Todos Pela Educação, o Movimento pela Base Nacional Comum que influenciam com pauta de conteúdo mercantil e, ainda, grupos neoconservadores e neofascistas que defendem pautas antidemocráticas e conservadoras, como o Escola sem Partido, homeschooling e escolas militarizadas. São movimentos privatistas que têm diferentes pautas e que vêm atuando fortemente na direção das políticas públicas. A partir dessas questões avançamos nos conceitos de direção e execução (Peroni, 2018).

E tudo isso perpassado pelas implicações desse processo de privatização na democratização da educação, tendo como pressuposto a importância do papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática. Por isso, destacamos que são projetos societários em disputa. Assim, formulamos o conceito de democracia, como processo, “[...] a democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013: 1021).

Outra questão de pesquisa fundamental é a vinculação do avanço da privatização do público ao diagnóstico do capital segundo o qual o Estado é o culpado pela crise e o mercado deve ser o padrão de qualidade. Após a crise econômica de 2008, ao invés de o capitalismo enfraquecer, ele se fortalece e se reinventa naquilo que Harvey (2008) chama de restauração do poder de classe. A crise passa a ser a justificativa para aumentar as reformas com restrições das políticas sociais.

Puello-Socarrás (2008) trabalha as particularidades do neoliberalismo no pós-crise de 2008 e argumenta que, nesse contexto, o Estado redefine seu papel, de Estado mínimo para Estado empresarial. O foco das mudanças é o empreendedorismo, o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, através da meritocracia e da competitividade, a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Há um deslocamento de propostas societárias com princípios coletivos e democráticos para o individualismo.

A reforma estatal proposta também desvincula o público do estatal e reforça um espaço público-privado que tem o mercado como paradigma.

Así se promociona un dominio que desvincula ‘lo público’ de ‘lo estatal’ en una especie de ‘espacio público-privado’, o como se lo ha denominado un ‘espacio público no-estatal’ que resulta abierta y fundamentalmente mercantil (como el mismo status ontológico del Mercado: un dominio que no es exclusivamente privado sino estrictamente público-privado, es decir, un locus público donde las mercancías tienen la posibilidad de intercambiarse entre ellas para posteriormente privatizarse) (Puello-Socarrás, 2008: 108).

O autor adverte para as consequências das mudanças:

Esta forma pública no-estatal de intervención institucional, por supuesto, tiene grandes implicaciones. Pero, seguramente la más arquitectónica es su pretensión de profundizar la univocidad de la lógica mercantil en el terreno del aparato estatal y en las relaciones políticas que estructuran la totalidad de 'lo social' actualmente (Puello-Socarrás, 2008: 108).

Portanto, esse contexto de redefinições do papel do Estado altera as relações entre o público e o privado e tem profundas implicações para a democratização, entendida também como a materialização de direitos em políticas sociais universais. A mudança entre direitos materializados em políticas universais ou a lógica individual do empreendedorismo e cidadão cliente de serviços é profunda e traz consequências para a construção de um projeto democrático, principalmente na América Latina.

Para Laval e Dardot (2017), a crise financeira de 2008 passou a ser a justificativa da diminuição de direitos materializados em políticas sociais. E a crise, como forma de governo, provoca novas formas conservadoras e nacionalistas, em alguns casos abertamente fascistas³.

O neoconservadorismo tem sido também elemento importante para entendermos este período particular do capitalismo. Para Moll Neto (2010: 65), a “[...] ideologia neoconservadora resgatou e reconstruiu pressupostos de correntes conservadoras que os antecederam, basicamente do velho conservadorismo e do libertarianismo⁴”. O autor ressalta que a questão principal de união entre os grupos era o individualismo, pois para eles “[...] nada justificava projetos estatais que interferissem na vida das pessoas e limitassem as liberdades, sobretudo a econômica” (Moll Neto, 2010: 67).

3 Para Boito (2019: 2), estamos vivenciando no Brasil um período de características neofascistas. Para o autor, dentre outras características, o “[...] fascismo é um gênero; o fascismo alemão e italiano, de um lado, e o fascismo brasileiro, de outro, são, ambos, espécies desse gênero. Estou chamando o primeiro de fascismo original e o segundo de neofascismo”.

4 Os libertários reivindicam o Estado mínimo não só na economia, mas também sobre a vida pessoal (Lacerda, 2019: 54).

Além disso, Moll Neto (2010) ressalta que a expansão do neoconservadorismo não ocorreu por acaso⁵. Nos anos 1970, houve financiamento das elites sulistas dos Estados Unidos para a formulação e divulgação do ideário neoconservador, por meio de *think tanks*, tais como Business Roundtable, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Hoover Institution.

Moll Neto & Damasceno (2020) ressaltam ainda que Kristol (1995), intelectual neoconservador, apontava que os professores faziam parte de uma “nova classe”:

[...] essa ‘Nova Classe’ era a personificação da articulação entre os problemas econômicos e os vícios sociais e espirituais da sociedade estadunidense. A ‘Nova Classe’ buscava realizar seus próprios interesses particulares em nome de um igualitarismo perverso e de concepções equivocadas sobre justiça, igualdade e sociedade e em detrimento da Civilização Ocidental (Moll Neto & Damasceno, 2020: 8).

No caso brasileiro, Miguel (2018) aponta que a direita nunca esteve ausente no processo político brasileiro, no entanto, no período pós-golpe de 2016, vivenciamos uma articulação de extrema direita que tem três eixos principais: o primeiro é a ideologia libertariana, ultraliberal, vinculada à proposta neoconservadora estadunidense, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade e prega a liberdade de escolha do indivíduo. O segundo é o fundamentalismo religioso, vinculado a uma agenda moral conservadora e à teologia da prosperidade. E o terceiro é o anticomunismo e antipetismo e a fusão entre anticomunismo e reacionarismo moral. O autor adverte, ainda, que as três correntes não são estanques.

Avritzer (2021: 18) aponta que o “bolsonarismo” constitui um “tipo raro de governo não virtuoso e conservadorismo” e que “[...] representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda”.

5 Sobre *think tanks* vinculados à educação no Brasil ver Mendes & Peroni (2020).

O autor argumenta que o governo Bolsonaro foi eleito com uma proposta de antipolítica, que se materializa em três ações conjugadas:

Em um primeiro campo, destroem-se estruturas existentes do Estado brasileiro nas áreas de educação, meio ambiente e direitos humanos, sob o argumento de que elas incentivam uma política progressista de esquerda; em um segundo âmbito, desmantela-se a política pública de saúde durante a pandemia, que se exitosa, corria o risco de habilitar a política e um centro político; e, em uma terceira linha, intimida-se os poderes de modo que a antipolítica não seja interrompida por decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição (Avritzer 2021: 16).

A seguir, abordaremos como esses diferentes processos, que caracterizam este período particular do capitalismo, materializam-se nas relações entre o público e o privado na educação dos países estudados.

Distintos Processos de Privatização da Educação na América Latina

O Brasil viveu uma ditadura cívico-militar, imposta por um golpe arquitetado entre o exército e a elite brasileira, que se estendeu por 21 anos (1964/1985), período no qual foram exterminados direitos sociais, direitos trabalhistas e liberdades políticas. Em 1983, a sociedade brasileira força o movimento de abertura, grandes movimentos populares reivindicam eleições diretas – o Movimento “Diretas Já” –, mobilizando grandes contingentes nacionais, que tomaram as ruas do País, e uma nova Constituição brasileira, a ser escrita por um Congresso Constituinte instituído em 1985. A conhecida Constituição Cidadã de 1988 (Brasil, 1988) restituiu e avançou em direitos sociais, trabalhistas e principalmente nas liberdades políticas, todos seriamente atacados pela ditadura.

6 Ver Florestan Fernandes (1985).

A democratização estava presente nessa Constituição, principalmente nos preceitos da Gestão democrática da educação pública, cujos avanços foram reforçados por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A tão jovem democracia brasileira hoje está novamente ameaçada por um governo de extrema direita e neoconservador, apoiado pelo Congresso Nacional e pelos militares. A prioridade é o privado em detrimento do público, tanto na economia quanto na educação, na saúde e demais direitos sociais.

No Brasil, como nos demais países pesquisados, observa-se a intervenção de sujeitos privados, individuais e coletivos, em diversas etapas da educação⁷, bem como no conteúdo do ensino, como é demonstrado pela importante atuação, no caso brasileiro, do Movimento Pela Base Nacional Comum (MBNC)⁸ na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definindo o conteúdo da educação. O MBNC, criado em 2013, é composto principalmente por sujeitos ligados a grupos ou instituições empresariais, tais como Fundação Lemann, UNIBANCO, Movimento Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Santillana, Instituto Natura, INSPER, dentre outros (Caetano, 2021).

Segundo Caetano (2021), a Fundação Lemann financiou e forneceu informações relevantes em seminários, documentos e relatórios de pesquisa, bem como patrocinou pesquisadores internacionais para relatarem experiências no sentido de influenciar na definição dos conteúdos da educação brasileira. Seu projeto hegemônico alinha-se aos interesses do capital, privilegiando a concepção de competências e habilidades presentes nos documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE) (Caetano, 2021).

7 A educação no Brasil se compõe de dois níveis: Educação Básica, que engloba a educação infantil (0 a 5 anos e 11 meses), ensino fundamental (6 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos); e a Educação Superior (Brasil, 1996, Art. 21).

8 Para saber mais, ver Bernardi, Uczak & Rossi (2018).

Organizações como o Banco Mundial (BM) e a UNESCO influenciam também as políticas públicas de educação infantil no Brasil. Conforme pesquisa de Susin e Montano (2021), a trajetória na educação infantil é marcada pela parceria com a sociedade civil e desde seu início encontra guarida nos documentos orientadores da política de educação emitidos por organismos internacionais como UNESCO e Banco Mundial (BM). Esses dois organismos defendem o envolvimento da sociedade civil, na oferta de educação na pré-escola e na primeira infância⁹, considerando ainda o baixo custo dessa forma de oferta. Em pesquisa realizada em 2019 em capitais de estados brasileiros¹⁰, sob o parâmetro do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014/2024), Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014a), cuja Meta 1 definia a universalização até 2016 da oferta de educação infantil para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e a ampliação em 50% (cinquenta por cento) das crianças de 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE, demonstrou-se que:

[...] das cinco capitais analisadas, três (Belém, São Paulo e Porto Alegre) reduziram a oferta pública e aumentaram o crescimento das matrículas sob a responsabilidade de instituições parceiras do poder público. Já em Salvador e Campo Grande, os números demonstraram crescimento da oferta pública, no entanto, mesmo assim, não atendem a meta 1 do PNE (Montano & Susin, 2021: 158).

A mesma pesquisa informa que a democratização da oferta da educação infantil resta prejudicada, uma vez que “sua ampliação não se efetivou em espaços públicos, gratuitos e de qualidade” e nem mesmo alcançou as metas do PNE 2014/2024, tanto para creche quanto para a pré-escola, sendo que esta última já devia ter sido universalizada em 2016.

9 A educação infantil no Brasil está organizada em dois grupos etários, conforme a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, no Capítulo III, Seção I, Art. 208, inciso IV e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1986, Título III, Art. 4º e Art. 11, inciso V.

10 Essa pesquisa foi realizada de forma representativa, pois abrangeu a capital de um estado de cada uma das cinco regiões do Brasil, considerando as limitações em contemplar mais estados. Seu objetivo foi analisar, nessa amostra, os números da oferta de educação infantil que “é competência exclusiva dos municípios”. Sua abrangência vai do ano de 2016 ao ano de 2019.

Recentemente a política de parceria teve sua prática reforçada pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Brasil, 2014b), que define o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, com diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil. Segundo Peroni (2010), a preponderância da oferta da Educação infantil por meio da parceria entre o público e o privado, que se materializa na educação infantil no Brasil, traz fortes implicações para a democratização educação.

Outra participação importante a ser detalhada na educação brasileira e presente em outros países da América Latina, que fazem parte desta pesquisa, é o Movimento Todos Pela Educação (TPE), composto pela classe empresarial que se articula junto ao governo federal desde 2006, ano de sua fundação, defendendo interesses mercantis e interferindo na definição das políticas públicas de educação. Sua rede de atuação foi ampliada entre 2016 e 2020 (Bernardi, Rossi & Uczak, 2021).

O TPE incorporou em suas metas as “[...] lutas progressistas e posteriormente na sua execução, retiraram seu poder de transformação, operacionalizando-o conforme seus interesses” (Bernardi, 2016:134), avançando no discurso do uso relevante da avaliação na gestão e no modelo de gestão e governança da escola, dentre outros, interferindo no processo democrático de gestão da educação.

Destacamos, por fim, as empresas participantes do TPE e chamamos atenção para a convergência destas com as organizações que integram o MBNC, como Fundação Itaú, Instituto Gerdau, Fundação Bradesco, Grupo Santillana Brasil, Rede Globo, Instituto Ayrton Senna, dentre outras. Assim, a participação empresarial justifica o seu discurso da responsabilidade social impondo o mercado como solução e padrão de qualidade, visando ao aumento das reformas que restringem as políticas sociais, ao encontro dos interesses do capital. Assim, verificamos que, ao mesmo tempo que no Brasil lutamos pela democratização nas políticas sociais, o capitalismo avança e assume um maior protagonismo na direção e execução de políticas educacionais.

A Bolívia é considerada como um dos países mais pobres da América Latina, e viveu nos anos 1980 “em constante crise política e profunda crise econômica”, submetida às exigências do Consenso de Washington e reprimida pelos

empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) (Bittencourt, 2021: 272).

A superação do colonialismo e as imposições do capitalismo predador, denunciadas na união da luta dos povos indígenas e originários com a dos movimentos sociais urbanos, estão registradas no preâmbulo da Constituição, aprovada em referendun popular, no dia 07 de fevereiro de 2009 e ainda vigente, que cria o *Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario*, deixando para trás o Estado colonial, republicano e neoliberal. O Estado Plurinacional é

Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos (Bolívia, 2009).

Esse Estado Plurinacional se apoia em “La nación boliviana [que] está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano” (Bolívia, 2009, Artículo 3).

A vitória de Juan Evo Morales Ayma como presidente e Alvaro Lineira como vice-presidente, nas eleições de 22 de janeiro de 2006, foi a confirmação da confiança da maioria da população boliviana no reconhecimento da Bolívia como um país plural, na integração das diversas nações, suas particularidades e cultura.

A construção do Estado Plurinacional tinha que superar a forma desigual, em todos os sentidos, como eram tratados os cidadãos urbanos e rurais. A diferenciação na educação era representada de diferentes maneiras: pela distinção na formação dos professores urbanos e dos professores rurais, que se dava por meio de instituições privadas e confessionais; na ação dos empresários da

educação, que mantiveram o seu crescimento ofertando formação universitária para os jovens oriundos do sistema público e na desvalorização do ensino rural, que não pertencia ao Ministério da Educação, e sim ao Ministério de assuntos Camponeses e Agropecuários.

Em pesquisa realizada em 2020, Martins (2020) mapeou Instituições Filantrópicas e *think tanks* atuando na Bolívia com implicações no espaço público educacional. São elas: a Fundación Milênio, uma *think tank* caracterizada como centro de pensamento e produção acadêmica de cunho privado cujo principal objetivo era desenvolver propostas para políticas públicas com um viés liberal desenvolvimentista; Fundação Empreender Futuro, com viés empresarial e não educacional, que promove, fortalece e executa atividades de desenvolvimento nas áreas de tecnologia, informação, comunicação, empreendimentos e inovação, com apoiadores voltados a câmaras de comércio, indústria e exportação de países como Alemanha e com a George Town University, em Washington D.C., em programas de competitividade global; Fundación “La Caixa”, com projetos internacionais em países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti e Nicarágua) e da África, (Egito, Burundi e o Quênia) para atender grupos mais vulneráveis com sua Obra Social, principalmente para a infância e a educação, cujos membros do Conselho Curador não têm vinculação com a educação, e a Fundación Bolívia Digna, parceira da Escola La Salle de Cochabamba, cujo objetivo é promover e defender os direitos das crianças, da educação, responsabilidade, liderança e valores cristãos.

A mesma pesquisa ainda aponta que não fazia parte da política do Estado Plurinacional da Bolívia o fortalecimento de entidades privadas atuando na educação pública, sendo este um dos motivos da oposição da direita ao governo de Evo Morales, considerando que as instituições de ensino privadas e conveniadas, juntamente com as instituições públicas, constituem o sistema educativo boliviano. No entanto, tais instituições não desapareceram, ao contrário, continuaram funcionando de forma menos visível ou distanciada dessas políticas, o que possibilitou reconquistarem espaço após o golpe de 2019.

Segundo Bittencourt (2021: 276)

[...] colocar em prática [esse] novo 'Projeto societário' exigia atuar em várias frentes, das quais destacamos a educação, definida na Constituição boliviana como unitária, pública, universal, democrática, participativa, comunitária, descolonizadora e de qualidade, sendo esta a função suprema e primeira responsabilidade financeira do Estado. Estes preceitos aprofundam a crença de que tudo inicia com a qualidade da educação ofertada ao povo, por meio de um novo modelo educativo, para dar sentido "a grande, revolucionária e desafiadora proposta".

Os avanços na educação boliviana assumiram relevância com o Estado Plurinacional e sua “revolução educativa”, cujo propósito era transformar a vida da maioria dos bolivianos em “Bem Viver”. O Sistema Educativo Plurinacional passou por profundas transformações instituídas em lei, com o objetivo de criar uma nova cultura de Estado que no âmbito educativo buscava desenvolver quatro revoluções: Revolução do Conhecimento, descolonizando-o e recuperando a riqueza da cultura da Bolívia para criar uma sociedade com identidade própria; Revolução Produtiva Tecnológica, articulando a teoria com a prática por meio de conhecimentos científicos; Revolução Democrática Social, reduzindo os níveis de exclusão e discriminação e Revolução Ética de respeito à “mãe terra”, gerando uma consciência ecológica coletiva de convivência harmônica entre o homem e a natureza (Bittencourt & Pérez, 2018).

A superação da subserviência dos explorados bolivianos, iniciada com as políticas de revolução da educação, de inclusão e de distribuição de renda do Estado Plurinacional, desagradou parte da população, representada majoritariamente pela classe média e elite dominante boliviana, que não aceitou tal inserção na vida política e econômica do país. Unida ao imperialismo norte-americano, essa elite tratou de responder aos interesses do capital, ao arquitetar e promover um golpe com requintes de violência aos que defendiam o projeto societário representado pelo Estado Plurinacional, instalando-se no poder em outubro de 2019 e impondo a renúncia de Evo Morales.

Assim, foi instituído um governo provisório golpista até a realização de novas eleições com a vitória, em primeiro turno, do candidato Luis Arce, ex-ministro da Economia do governo Evo Morales, em 08 de novembro de 2020. Essa volta do Movimento al Socialismo (MAS) ao poder restituiu a esperança dos excluídos bolivianos e cumpre as palavras de Evo ao fazer o discurso da renúncia exigida pelas Forças Armadas: “A luta não termina aqui. Os humildes, os patriotas, vamos continuar lutando pela igualdade e a paz. [...] Queremos a volta da paz social. Grupos oligárquicos conspiraram contra a democracia. Foi um golpe de Estado cívico e policial” (Mayorga¹¹, 2019).

É a esperança e a coragem do povo chileno e do povo boliviano, que estão enfrentando o poder do capital para reescrever sua história, que precisamos espriar em toda a América Latina!

No Chile também registramos a presença dos sujeitos privados atuando na educação junto com o poder público e, em muitas situações, substituindo o Estado. A cruenta ditadura militar no Chile “[...] empreendeu uma das mais radicais experiências em matéria de política educacional no mundo, orientando o seu funcionamento na lógica do mercado, terminando com o Estado Docente” (Bellei, 2015, tradução livre).

O Estado Docente instituído por Salvador Allende em seu governo democrático (1970/1973) significou uma concepção pública de educação, com pequena parcela de escolas ligadas à Igreja Católica e outras poucas fundações sem fins lucrativos e que se constituíam como colaboradoras do Estado chileno. “A primazia da política de educação era pública, com interveniência do Estado, que financiava a Educação Pública (Bellei, 2015, entrevista)¹². Sucedendo a ditadura militar, os governos de cunho progressista de “Concertación” mantêm a lógica da privatização do Estado, da mercantilização da educação e da vida dos chilenos.

11 Diretor do Centro de Estudos Superiores Universitários da Universidade Maior de San Simón (Bolívia).

12 Cristian Bellei Carvacho é pesquisador em Educação da Universidade do Chile, na Faculdade de Ciência Sociais, curso de Sociologia.

A ditadura militar, encabeçada por Augusto Pinochet (1973/1990), empreendeu uma reforma educacional voltada para o mercado, descentralizando a educação: repassou-se a responsabilidade do ensino para os municípios, sem que estes contassem com os recursos para tal, conhecida como municipalização da educação; expandiu-se a educação privada ofertada por pessoas ou instituições com e sem fins lucrativos, com acesso a financiamento estatal; criou-se o *voucher*¹³, por meio do qual instituiu-se a competição entre as escolas para captar a preferência das famílias; criou-se o *copago*, que permitia às escolas particulares subvencionadas pelo Estado cobrar um valor também das famílias e, por fim, como é característico do neoliberalismo, foi a vez do golpe aos trabalhadores da educação com desregulação da profissão docente, terminando com as leis trabalhistas e os direitos adquiridos até então pelos professores no Chile.

No Chile, mesmo após a abertura política, o Estado continuou incentivando a participação de instituições privadas na oferta e definição do conteúdo da educação, como é o caso da Educación 2020, movimento análogo ao Todos Pela Educação e que faz parte da Rede Latino-americana de Organização da Sociedade Civil pela Educação (Reduca). O Educación 2020 é uma fundação que também atua no Serviço de Assistência Técnica Educacional (ATE), criado em lei¹⁴ que instituiu apoio às escolas com resultados negativos na avaliação da aprendizagem dos alunos, que elabora o Plano de Melhoria Educacional.

As instituições como Ensiña Chile, El Plan Maestro, Elige Educar e Fundación Futuro são oficialmente credenciadas a atuar junto ao Conselho Nacional de Educação (CONED), recebendo recursos públicos para tal. Essas instituições não têm ligação com a Reduca. A Fundación Futuro foi dirigida por Sebastián Piñera até este assumir a presidência do Chile, quando a direção foi delegada a sua filha, Magdalena Piñera Morel.

O CONED é o órgão, do Ministério da Educação (MINEDUC), responsável pelo marco curricular geral para a educação no Chile, que norteia a elaboração dos planos de educação das escolas públicas e privadas, determinando, ainda, o conteúdo do

13 O *voucher* é uma espécie de vale que financia a educação em estabelecimentos municipais e subsidiados de ensino, repassado para a escola que informa o Estado da matrícula do aluno e atualiza periodicamente a informação.

14 Lei 20.248/08 versa sobre Subvenção Escolar Preferencial, cria e regula o ATE.

Sistema de Medição dos Resultados da Aprendizagem, a Prova SINCE, de âmbito nacional, deixando evidente o papel de instituições privadas, ligadas a figuras da direita chilena, na definição do conteúdo da educação.

Até este momento da pesquisa mapeamos 32 instituições privadas que atuam na educação no Chile, sendo quatro delas plataformas digitais, Aprendo en Casa, Educar Chile, Aprendo en línea e Rede Latino-Americana de Portais Educacionais (RELPE), inseridas no meio educacional na contingência oriunda da Pandemia de Covid-19.

Há que destacar ainda o Projeto Sociedad en Acción, ligado ao Centro Políticas Públicas da Universidade do Chile (UC), grupo privado interessado no estudo das organizações sem fins lucrativos. Essas organizações contam com subsídios públicos que chegam a 45% de suas receitas, cujo financiador mais importante é a educação. No Chile, existem mais de 319.000 (trezentas e dezenove mil) Organizações da Sociedade Civil. É o privado mercantil definindo o conteúdo da educação.

Segundo Victor Orellana, pesquisador chileno que participa desta pesquisa, o neoliberalismo no país “[...] se introduz diretamente com apropriação completa do mercado para com a educação, o que significa a direção da política, a propriedade das instituições, o lucro, tudo!” (Entrevista Orellana, 2017,s.p.).

Esse processo de expropriação do neoliberalismo produziu a correlação de forças manifestada nos levantes populares protagonizados pelos estudantes em 2006, conhecido como a “Revolta dos Pinguins”, assim designada devido ao uniforme preto e branco usado nas escolas. Foram maciças manifestações que reivindicavam a melhoria da qualidade da educação e principalmente a anulação da Lei Orgânica do Ensino (LOCE), herança do governo Pinochet. Em 2011, nova revolta dos estudantes chilenos reivindicava educação pública e gratuita.

A degradação social da maioria da população chilena se acirrou nos últimos anos e, em outubro de 2019, eclodiu uma nova manifestação, liderada pelos estudantes, mas com apoio de grande parte dos excluídos chilenos. À luta por uma educação de qualidade para todos e todas se somou grande parte dos chilenos empobrecidos

reivindicando direito a uma vida digna, evento que culminou com o Plebiscito, em 25 de outubro de 2020, para a elaboração de uma nova Constituição, que irá substituir a atual carta chilena, herdada do período ditatorial de Augusto Pinochet.

“A experiência neoliberal muito extrema” vivida no Chile gera no seu ventre “[...] um poder constituinte que instala uma via democrática, uma via de deliberação, de argumentação, de produção de sentido” levada a efeito por uma “esfera política popular” (Orellana, 2021, live), que reacende a esperança na construção da democracia num país que foi o laboratório do neoliberalismo na América Latina.

Para entendermos a relação público-privada no Uruguai, que em certa medida materializou-se há menos de uma década, se considerarmos a organização de empresários e outros sujeitos do setor privado organizados em associações da sociedade civil sem fins lucrativos, é necessário compreender de forma breve alguns elementos da Constituição do Estado Uruguaio e a oferta da educação pública.

O Uruguai foi o primeiro país da América a reconhecer a educação primária universal, gratuita e obrigatória, quando da aprovação da Lei da educação comum de 1877. Atualmente, a Constituição e a legislação educacional estabelecem 11 anos de ensino obrigatório e gratuito, sendo: dois anos da Educação Inicial para todas as crianças de quatro anos; seis anos de Educação Primária e três anos do Ciclo Básico da Educação Média. O Segundo Ciclo de Educação Média e a Educação Superior também são gratuitos, mas não obrigatórios.

Historicamente a educação pública, tanto na oferta quanto na qualidade, sobressaem-se em relação à educação privada, os alunos e alunas que frequentavam escolas privadas em geral eram filhos de uma pequena burguesia que optava por uma educação não pública.

Outro dado importante da história do Estado Uruguaio que merece destaque foi o processo de divisão que se instalou no país entre o secular e o religioso, que se materializaria anos mais tarde na Constituição de 1917 por meio da separação total entre Igreja e Estado. O Estado passou a ser laico e toda a educação ofertada, tanto pública quanto privada, também assim o deveria ser.

Com base na pesquisa, foi possível identificar duas entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam na educação, são elas Eduy21 – Cambio Educativo y Educación para el Cambio e a Fundação ReachingU. Além delas, foram identificados liceus públicos de gestão privada que possuem alguma relação com essas duas entidades.

A instituição Eduy21 foi criada em 2017 e, de acordo com os dados coletados no *site* da instituição, apresenta-se como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Afirma ser uma instituição “sem cor partidária”, “se colocando como um interlocutor junto ao governo”, movida por “uma vontade de mudar a dura realidade social, usando como meio a educação”, que, segundo eles, “está sendo mal administrada”.

O ReachingU: educar para a vida e mudar vidas foi criado em 2002 por um grupo de uruguaios que vive nos EUA, onde se encontra sua sede. Em 2003 a Fundação adquiriu o status legal de “organização sem fins lucrativos”, de acordo com o regulamento 501c3¹⁵ do IRS (*Internal Revenue Service*) do país, que permite que todas as contribuições feitas para eles nos Estados Unidos sejam dedutíveis de impostos.

A instituição possui os seguintes pilares, “acreditam no papel da sociedade civil como agente de mudança, trabalham para melhorar a qualidade educacional dos centros públicos e privados, mobilizam recursos de empresas e doadores para financiar projetos voltados para populações vulneráveis”. Destacamos o segundo pilar, em que eles evidenciam o apoio aos *Liceos* públicos de gestão privada como uma das formas de materialização da relação público-privada no Uruguai. Também foi identificado, até o fim da pesquisa, oito Liceus públicos de gestão privada, sendo que seis são mantidos pela Igreja Católica, sendo dois deles pela Opus Dei.

Verificamos assim que, para um país com o histórico do Uruguai, no qual a educação pública e laica já estava consolidada enquanto um dos pilares democráticos do país, a forma como está sendo naturalizada a presença do setor privado, inclusive religioso, é um grande retrocesso para os direitos sociais conquistados historicamente no país.

15 501c3 é uma lei que permite que as doações feitas para a instituição sejam deduzidas dos impostos.

Assim como o Uruguai, a Argentina tem uma longa tradição de oferta de educação pública, porém sem o mesmo processo de secularização vivenciado pelo vizinho platino. A relação público-privada na Argentina vem de longa data e foi selada e fortalecida durante o governo Mauricio Macri (então à frente da coalizão *cambiamos*), que ganhou a disputa eleitoral para a presidência da República em 2015.

De acordo com Paz et al. (2021), as tendências “[...] privatizantes que se puderam observar então, na Argentina como em outros países da América do Sul, guardam semelhanças e diferenças em relação àquelas que orientaram as reformas dos anos 90” (Paz et al. 2021: 7). Ainda segundo os autores, o corte neoliberal e neoconservador das reformas implementadas durante o mandato de Macri buscou retirar o Estado daquelas funções que havia desenvolvido nos anos anteriores, trazendo como consequência “um retrocesso em termos de direitos, entre eles o direito social à educação” (Feldfeber et al., 2018: 2, tradução nossa).

Durante a pesquisa, foram identificadas inúmeras instituições privadas que em alguma medida estabelecem relações com o público. Dentre essas escolhemos duas para nos aprofundar: o *Proyecto Educar 2050* e *Argentinos por Lá Educacion*.

De acordo com informações colhidas no *site* do Educar 2050, eles são uma associação civil sem fins lucrativos, declaram-se como “um grupo de cidadãos apartidários que, preocupados com efeitos da crise de 2008, principalmente na educação” se uniram a fim de contribuir e intervir na pauta das políticas educacionais. De acordo com Rossi, Prado e Brito (2021), são algumas de suas ações: organizar anualmente o Fórum da Qualidade Educacional, produzir anuários sobre os dados educacionais da Argentina, disponibilizar ferramentas tecnológicas por meio de parcerias com empresas de tecnologia e comunicação, organizações sociais e outras instituições. Outro dado ao qual os autores chamam atenção é que os membros da diretoria são em sua maioria ligados ao setor privado empresarial, com pouca experiência na área educativa.

A instituição *Argentinos por la Educacion* se apresenta como uma organização da sociedade civil que trabalha com uma ampla base de dados educacionais, com o objetivo de monitorar a educação e propor melhorias para o setor. Assumindo um caráter apartidário, sua visão é “uma Argentina em que o sistema educacional ocupe

um lugar preponderante em sua estratégia de desenvolvimento como nação”. Eles trabalham na perspectiva de um projeto societário para o país. Ressaltamos que, entre os seus membros, é possível encontrar pessoas físicas e jurídicas que atuam tanto no poder privado – diretores de grandes empresas nacionais e estrangeiras – como no poder público. Isso demonstra o que afirmamos no início do artigo acerca de nossa concepção de público-privado, como projetos societários em disputa, que perpassa sociedade civil e Estado.

Na Venezuela foi realizada, em 15 de dezembro de 1999, uma consulta popular, que aprovou a nova Constituição, que, entre outras medidas, mudava o nome do país para República Bolivariana da Venezuela (RBV). A nova designação – afirmativa de soberania anti-imperialista –, reconhecia os direitos dos povos indígenas, os direitos ambientais e ampliava os direitos sociais, dentre eles a educação.

De acordo com Caetano (2021: 302),

A partir da Constituição de 1999, o governo central passa a ser a autoridade suprema no campo educacional, portanto, tem responsabilidade de regular, dirigir e inspecionar a educação em todo o país. O controle da educação está sob a responsabilidade do Ministério do Poder Popular para a Educação [...] responsável pelo planejamento e execução das atividades de orientação, direção, coordenação e avaliação do sistema nacional de educação, com a exceção do ensino superior, tanto no setor oficial quanto no privado.

No entanto, mesmo com esse controle sobre o sistema educacional venezuelano, e as mudanças ocorridas no sistema durante os governos Chaves e Maduro, o país não conseguiu extinguir a atuação de algumas instituições privadas, que continuam atuando no âmbito educacional.

De acordo com Caetano e Martins (2021), ao realizar-se o mapeamento das instituições educacionais na Venezuela, verifica-se, a partir da legislação, que coexistem instituições públicas e privadas. Os autores buscaram então caracterizar as instituições religiosas, privadas e as *think tanks* que atuam no setor.

Dentre elas, podemos citar duas instituições religiosas: Associação Venezuelana de Educação Católica e a Federação Internacional de Fe y Alegria, além das instituições privadas, Fundação Bigot, Fundação Mendoza e a *think tank* Venezuela Sin Límites.

Segundo Carvajal Ruíz e Villasmil Socorro (2018), as políticas públicas de educação implementadas pelo governo do presidente Chávez também foram palco dos confrontos e tensões que vêm ocorrendo na dinâmica política do país. Os antigos sujeitos que atuam na política confrontam a ação governamental por todos os meios. O campo educacional privado inclui o setor eclesiástico, os conservadores, bem como os empresários da educação.

Considerações finais

A pesquisa apontou que, ao mesmo tempo que os países estudados saíam de um processo ditatorial e construíam a democratização de suas políticas públicas, a correlação de forças do privado disputou no espaço público o conteúdo da proposta educacional. Observou-se, também, a similaridade de ações, de sujeitos e de instituições privadas, mercantis, com ou sem fins lucrativos, religiosas e *think tanks* atuando nesses países.

Nossa pesquisa registrou, ademais, a existência de vínculos desses grupos com o setor financeiro, organismos internacionais e instituições empresariais. Mais recentemente, constatamos uma crescente influência também de setores neoconservadores na definição das políticas educacionais nos países estudados, com distintas implicações para seus processos de privatização, de acordo com o histórico da relação público-privado e da atual correlação de forças em cada país.

Ainda que os dados apresentados corroborem um avanço das forças privatistas e neoconservadoras na região, apresentando um cenário de retrocesso na conquista de direitos sociais e na democratização, temos que nos esperançar com os exemplos recentes da Bolívia e do Chile, que evidenciam a força do poder popular.

Referências

AVRITZER, L. (2021). Política e antipolítica nos dois anos do governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L., KERCHE, F., & MARONA, M. (orgs.). Governo Bolsonaro retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte, Autêntica.

BELLEI, C. et al. (2015). El gran experimento: Mercado y privatización de la educación chilena. Santiago, LOM Ediciones.

BERNARDI, L. M. (2016). Implicações do Plano de Ações Articuladas na democratização da gestão da educação. Porto Alegre, UFRGS, 2016. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BERNARDI, L. M., UCZAK, L. H., & ROSSI, A. J. (2018). Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. Currículo sem Fronteiras, 18(29-51).

----- (2021). Sujeito Movimento Empresarial Todos pela Educação. In: Relatório Fapergs. 2021. Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil. PqG. Edital 02/2017, (66- 92).

BITTENCOURT, J. M. V., & PÉREZ, M. L. (2018). Uma aproximación a la reforma educacional dei estado Plurinacionalde Bolivia: descripción y análisis inicial sobre la formación de docentes. In: PERONI, V. M. V., LIMA, P. V., & KADER, C. R. (orgs.). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo, Oikos.

BITTENCOURT, J. M. V. (2021) Um Retrato da Educação no Estado Plurinacional de Bolívia. In: PERONI, V. M., ROSSI, A., & LIMA, P. Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina. São Paulo, LF Editorial.

BOITO, A. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. A terra é redonda. 2019. Disponible en: < <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/> >. Acceso en: 02 jun. 2020.

BOLÍVIA. (2009). Constitución Política del Estado (CPE). Recuperado em 18 jun. 2021 de https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. (2014a). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 02 jul. 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

BRASIL. (2014b). Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil [...] define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 02 jul. 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#:~:text=1%20Esta%20Lei%20institui%20normas,de%20serviço%20público%2C%20e%20suas.

CAETANO, M. R. (2021). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): as estratégias dos sujeitos individuais e coletivos em influenciar, direcionar e executar a política educacional, In: Relatório Fapergs. 2021. Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil. PqG. Edital 02/2017. Protocolo: 25595.414.42077.25062017(118-140).

CAETANO, M. R., MARTINS, V. T. (2021). In: Relatório Fapergs. Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil. PqG. Edital 02/2017. Protocolo: 25595.414.42077.25062017(66-92).

CARVAJAL RUÍZ, S. H., & VILLASMIL SOCORRO, P. E. (2018). La educación venezolana en el contexto de desarrollo de las tensiones entre lo público y lo privado. In: PERONI, V. M. V., LIMA, P. V. de, & KADER, C. R. (orgs.). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo, Oikos.

FELDFEBER, M. et al. (2018). La privatización educativa en Argentina. Buenos Aires, Ctera.

FERNANDES, F. (1985). Nova República? Rio de Janeiro, Zahar.

HARVEY, D. (2008). O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Loyola.

LACERDA, M. (2019). O novo conservadorismo brasileiro. Porto Alegre, ZOUK.

LAVAL, C., & DARDOT, P. (2017). La pesadilla que no acaba nunca. Barcelona, Gedisa,

MARTINS, V. (2020). Relações entre o Público e o Privado na Educação: estado plurinacional da Bolívia. In: Salão de Iniciação Científica da UFRGS, 32, Porto Alegre.

MAYORGA, F. (2019). O que aconteceu com Evo Morales na Bolívia é um golpe de Estado? EL País, Brasil. Recuperado em 21 jun. 2021 de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/11/internacional/1573500916_562089.html.

MENDES, V., & PERONI, V. M. (2020). Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, 27.

MIGUEL, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, E. (org.). *O ódio como Política, A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

MOLL NETO, R. (2010). *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MOLL NETO, R., & DAMASCENO, R. P. C. (2020). Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 15(1-20).

MONTANO, M. R., & SUSIN, M. O. K. (2021). A Política Educacional para a Infância e a Parceria Público-Privada em Municípios Brasileiros. In: PERONI, V. M. V., ROSSI, A., & LIMA, P. *Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina*. São Paulo, LF Editorial.

ORELLANA, V. (2017). Universidade do Chile, Sociologia da educação, pesquisador em Política Pública, Estrutura Social e Desigualdade. Entrevista concedida a Maria Otilia Kroeff Susin e Vera Maria Vidal Peroni em Chile. *Arquivos de Pesquisa*. Porto Alegre.

ORELLANA, V., SUSIN, M. O. (2021). Diálogo sobre o contexto do Chile, 09.11.2021. Projeto, Diálogos: Implicações da Parceria Público Privada para a Democratização da Educação na América Latina. Youtube/GPRPPE. Disponível em <https://www.youtube.com/gprppe-ufrgs>.

PAZ, A., MASIERO, D. ROSSI, A. J., PRADO, G. S.S., BRITO, R. In: Relatório Fapergs. 2021. *Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil*. PqG. Edital 02/2017. Protocolo: 25595.414.42077.25062017(66-92).

PERONI, V. M. V. (2010). As redefinições da relação público/privado e implicações para a democratização da educação. *Inter-ação*, Goiânia, UFG, 35(1-17).

----- (2013). A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate In: ALMEIDA, L. C. et al. (org.). PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. Campinas, Cedes.

----- (2020). Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, 41(e241697).

PERONI, V. M. V., LIMA, P. V. de, & KADER, C. R (orgs.). (2018). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo, Oikos.

PERONI, V. M. V., & OLIVEIRA, C. M. B. (2020). O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. Educar em Revista, 36(1-22).

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. (2008). Nueva gramática del Nel-liberalismo. Itinerarios teoricos, trayectorias intelectuales, claves ideologicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales.

ROSSI, A. J., BERNARDI, L. M., UCZAK, L. H. In: Relatório Fapergs. 2021. Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil. PqG. Edital 02/2017. Protocolo: 25595.414.42077.25062017(66-92).

ROSSI, A. J., PRADO, G. S.S., BRITO, R. S. In: Relatório Fapergs. 2021. Implicações Da Relação Público-Privada Para A Democratização Da Educação Na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia E Brasil. PqG. Edital 02/2017. Protocolo: 25595.414.42077.25062017(66-92).

SUSIN, M. O. K., & MONTANO, M. R. (2021). A Relação Público-Privada na Oferta da Educação Infantil em Porto Alegre. Educação & Realidade, 46. Recuperado em 16 ago. 2021 de <https://www.scielo.br/j/edreal/a/5FVKMy5LxkK yMKRrPXNH5mp/?lang=pt>.

SUSIN, M. O. K., & MENDONÇA, J. (2021a). As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. Curitiba, NuPE/UFPR.

THOMPSON, E. P. (1981). A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros. Rio de Janeiro, Zahar.

Alexandre José Rossi – Doutor em Educação, Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação. ajrossi.rossi@gmail.com

Maria Otilia Susin – Doutora em Educação, Professora na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. otiliasusin@gmail.com

Vera Maria Vidal Peroni – Doutora em Educação, Professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). veraperoni@gmail.com